

Milton Santos, prisioneiro político: as mensagens de Walfrido Moraes (1964)

[*Milton Santos, political prisoner: the messages of Walfrido Moraes (1964)*]

Bruno de Oliveira Moreira¹

Este artigo é uma adaptação do capítulo 5 da tese de doutorado intitulada *O exílio da memória: Milton Santos e a ditadura civil-militar* (MOREIRA, 2025).

RESUMO • O artigo apresenta uma leitura historiográfica de conjunto documental integrante do acervo pessoal de Milton Santos, salvaguardado no IEB/USP, relativo ao período em que ele esteve preso pelo regime ditatorial erguido em 1964. Trata-se de uma série de mensagens do jornalista e escritor baiano Walfrido Moraes entregues a Santos em quartel do Exército na cidade de Salvador, nas quais emergem indícios das dinâmicas de conformação de certas instituições baianas à nova ordem ditatorial instituída e do impacto da ditadura civil-militar nessa sociedade. Ademais, um olhar para esses bilhetes também permite compreender efeitos do golpe de 1964 na trajetória do geógrafo, um tema que Santos não costumava explorar de maneira recorrente. • **PALAVRAS-CHAVE** • Milton Santos; golpe civil-militar; Walfrido

Moraes. • **ABSTRACT** • This article presents a historiographical reading based on a set of documents from Milton Santos' personal collection, safeguarded at IEB-USP, relating to the period when he was imprisoned by the dictatorial regime established in 1964. It consists of a series of messages from the Bahian journalist and writer Walfrido Moraes, delivered to Santos in an Army barracks in the city of Salvador, in which evidence emerges of the dynamics of conformation of certain Bahia institutions to the new dictatorial order, and the impact of the civil-military dictatorship on society. Furthermore, a look at these notes also offers an opportunity to understand the effects of the 1964 coup on this geographer's career, a topic that Santos rarely explored publicly. • **KEYWORDS** • Milton Santos; civil-military coup; Walfrido Moraes.

Recebido em 7 de agosto de 2025

Aprovado em 13 de janeiro de 2026

Editores responsáveis: Ana Paula Simioni, Dulcília Helena Schroeder Buitoni e Marcos Antonio de Moraes

MOREIRA, Bruno de Oliveira. Milton Santos, prisioneiro político: as mensagens de Walfrido Moraes (1964). *Rev. Inst. Estud. Bras.* (São Paulo), n. 93, 2026, e10784.



Seção: Artigo

DOI: 10.11606/2316901X.n93.2026.e10784

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA, Santo Amaro, BA, Brasil).

Ao ser preso por ordem do Comando da 6ª Região Militar do Exército, oito dias após o golpe de Estado de 1964, Milton Santos já era um conhecido personagem da administração pública e da intelectualidade baiana. Era um homem negro em posições de mando, a despeito de uma sociedade baiana erguida sobre o colonialismo. Detinha função destacada no jornal *A Tarde*, maior veículo de comunicação do Estado à época, e também era docente livre da Universidade da Bahia, estando lotado na Faculdade de Filosofia (e Ciências Humanas). Participava ainda de algumas associações de intelectuais, e já havia obtido seu doutorado em geografia pela Universidade de Estrasburgo, em 1958.

Desde maio de 1963, ocupava também o importante posto de presidente da Fundação Comissão de Planejamento Econômico do Estado (CPE), nomeado pelo governador Antonio Lomanto Júnior (1924-2015). Político de trajetória vinculada a grupos conservadores, Lomanto conduzia seu governo, no entanto, na direção de reformas estruturais, alinhando-se, até certa medida, com o ambiente reformista proposto pelo então presidente João Goulart. Atuando como interlocutor principal do governo da Bahia nessa seara, Milton Santos já era conhecido fora do estado e vinha ocupando ocasionalmente as notícias da imprensa (CPE elabora..., 1964; LOMANTO encomenda..., 1964), reverberando os desejos reformistas do governador.

Após o golpe, Santos esteve preso de abril a junho de 1964. Dividiu o cárcere, nesse período, com dois outros perseguidos pelo regime: o professor Auto de Castro²

2 Auto José de Castro (1924-2001) foi advogado, filósofo e professor da Universidade da Bahia. Era docente livre da Faculdade de Direito quando houve o golpe. Foi indiciado no “IPM – Área do Ensino”, um dos inquéritos instaurados no ano de 1964 pelas autoridades militares com vistas ao indiciamento e prisão dos ditos “subversivos” ligados ao setor da educação da Bahia.

e o engenheiro Ernesto Drehmer³. Milton Santos foi acusado, junto com outros funcionários da Fundação Comissão de Planejamento Econômico do Estado da Bahia – mais conhecida como CPE –, de “subversão” e de “corrupção administrativa”. O inquérito policial-militar (“IPM da CPE”) foi enviado à Justiça comum em agosto daquele ano e arquivado por falta de provas no ano de 1968, em sentença de juízo civil⁴. O referido IPM impôs obrigações e ameaças contra o intelectual, que teve que deixar o país ainda em 1964⁵.

A chamada “grande imprensa” da Bahia pouco repercutiu seu período na prisão. Alguns jornais cariocas, no entanto, publicaram textos noticiosos (e editoriais) sobre a detenção do geógrafo (DETENÇÃO suscita..., 1964; LIBERDADE de Ensino, 1964; TEM mais uma..., 1964), alguns dos quais questionaram a situação, além de a inserirem num quadro de violências praticadas pelo novo regime, que dava seus passos (repressivos) iniciais e decisivos no dismantelamento dos resquícios do governo Jango e do próprio edifício republicano-democrático.

No âmbito do acervo pessoal de Santos, hoje disponível no Arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP), pudemos localizar um conjunto documental específico que informa sobre aspectos relativos aos dias do cárcere e ainda sobre uma rede de relações estabelecidas pelo intelectual, que poderia estar sendo acionada (ou considerada) para buscar ajuda para sua soltura. Trata-se de um conjunto de cartas/bilhetes⁶ expedidos por um interlocutor próximo,

3 Ernesto Cláudio Drehmer (1930-2011) era superintendente da Refinaria de Mataripe, localizada no Recôncavo da Bahia, no contexto do golpe de 1964. Foi destituído do seu posto após a tomada do controle da refinaria pelos militares (IVO, 2019, p. 90). Nos inquéritos abertos, foi considerado um “joguete”, um “inocente útil na mão do sindicato” ligado aos petroleiros, cujos membros eram considerados comunistas (IVO, 2019, p. 121). A confirmação sobre o ano de falecimento de Ernesto Drehmer deu-se através da Associação Brasileira dos Anistiados Políticos do Sistema Petrobras e Demais Empresas Estatais (Abraspel). Agradeço ao colega Alex Ivo pelo contato que levou a essa confirmação.

4 O relatório do referido inquérito foi localizado no acervo do Arquivo Nacional e analisado no âmbito da tese *O exílio da memória: Milton Santos e a ditadura civil-militar*, especialmente no capítulo 3 (MOREIRA, 2025, p. 126-189).

5 O exílio de Milton Santos duraria 13 anos. Durante o curso de seu afastamento, apesar da imposição de desafios importantes no seu cotidiano, consolidou sua importância intelectual no âmbito da geografia, contribuindo para modificações críticas na disciplina. Para uma análise de suas contribuições teóricas consolidadas nesse período, ver: Grimm (2011).

6 A definição sobre se podem ser consideradas cartas ou bilhetes não é precisa, dadas as condições variadas dos textos manuscritos. Por um lado, não possuem definição de local e data. Por outro, alguns são textos mais longos, com estruturação típica de uma carta. No âmbito do arquivo do IEB/USP, as mensagens foram classificadas como bilhetes.

o jornalista e escritor Walfrido Moraes⁷, através do qual se permitem inferências relevantes sobre esse transcurso⁸.

Interlocutor central nesse processo e, assim como Santos, advogado de formação, Moraes chega a conjecturar numa das mensagens a possibilidade de caber a ele próprio a defesa do amigo junto ao Inquérito Policial Militar e ao processo judicial em curso, o que aparentemente não se concretizou. Além disso, ambos trabalhavam, àquela altura, no importante jornal baiano *A Tarde*.

A documentação, tomada neste tópico a partir de uma dimensão indiciária, permite considerações tanto sobre as experiências de Santos quanto sobre as pistas relativas ao impacto do golpe nas redes consideradas. Ademais, quando analisadas a partir do entrecruzamento com outras fontes históricas, as mensagens também sinalizam contradições e ambiguidades de fundo na matização complexa de posições tomadas por agentes sociais baianos frente ao golpe civil-militar.

Os passos mencionados por Moraes envolvem levantamento de documentos, diálogos com advogados, encontros com autoridades (políticos, donos de jornal, banqueiros, jornalistas), além da prestação de contas de Santos à nova direção da CPE após a intervenção golpista⁹. Moraes aponta ainda que alguns materiais, tais como códigos jurídicos e exemplares de jornais, foram levados para o amigo preso, com notícias sobre os passos do novo regime. Trechos mais pessoais de apoio, além de alguns temas mais íntimos, também foram dirigidos ao colega detido no 19º Batalhão de Caçadores (19º BC), localizado em Salvador. Apesar de não estarem datadas, é possível fazer uma estimativa cronológica a partir do conteúdo das cartas.

As mensagens abordam também elementos da constituição da defesa formal de Santos, tendo sido a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia (OAB-BA) e seu

7 Walfrido Moraes (1916-2004), nascido em Lençóis, região da Chapada Diamantina, foi escritor, professor e jornalista. Iniciou sua atuação na imprensa ainda muito jovem como aprendiz de tipógrafo, antes de completar dez anos, no semanário *O Sertão*. Em 1950 e 1960, foi professor no Colégio Estadual da Bahia e jornalista do *A Tarde*, cargo que ocupou no contexto do golpe de 1964. Entre os seus livros, destacam-se *Jagunços e heróis* (1963) – que alcançou tiragem expressiva e repercussão nacional, conquistando prêmio da Academia Brasileira de Letras – e uma biografia do fundador do jornal *A Tarde*, Ernesto Simões Filho (MORAES, 1997). Ver ainda: *Homem telúrico* (2004).

8 Em sua biografia sobre Milton Santos, Fernando Conceição (2016) reproduz trecho de uma dessas cartas, em meio a outras, ao falar sobre o período de Santos na prisão, levantando a possibilidade (sem confirmá-la) de ela ter sido escrita por Walfrido Moraes. Pudemos confirmar a autoria do conjunto inteiro mediante o confronto com outras fontes do acervo e com documentos escritos de próprio punho por Walfrido Moraes guardados em sua pasta na Academia de Letras da Bahia (ALB).

9 A documentação levantada sugere que Walfrido Moraes realizava também atividades na CPE no período, o que também ajudaria a entender seu papel de mediador entre Santos e a nova direção. Ver Ofício n. 793/64 (CPE). Salvador, 24/9/1964. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP, sem código de referência.

presidente (Barachisio Lisboa¹⁰) acionados para acompanhar o processo, segundo informam algumas delas:

Jorge esteve com Barachisio. Foi ótimo o entendimento. Ele se mostrou preocupado por não lhe ter dado ainda uma assistência em virtude da informação que lhe haviam dado de que você não pertencia à Ordem. Viu, agora, a ficha: apenas em atraso, mas já na 2ª feira regularizarei. Ele já recusou várias causas pessoalmente pela sua condição de presidente da Ordem. Daí não tomar também a sua por coerência e para ter autoridade de propor novas medidas como vai ocorrer com outros bacharéis nas mesmas condições. Sugeriu, todavia, o nome de Jayme Guimarães ou de Raul Chaves. Jorge admite o primeiro por ser menos briguento mas excelente como causídico. Dependerá do seu “aceite”. Responda-me. Amanhã trarei então uma carta para você enviar à Ordem pedindo o patrono. O mais será conosco. Tá bom?¹¹

Como se observa, a escolha pelo defensor de Santos, mediado pela OAB-BA, orbitaria entre dois advogados que se notabilizaram, naquele contexto, pela defesa de presos políticos: Jayme Guimarães e Raul Chaves¹². Ambos, segundo as mensagens, participaram da preparação da defesa do geógrafo-jornalista. Uma das cartas¹³ menciona a atribuição a Guimarães. Outra¹⁴ indica Raul Chaves como patrono¹⁵. Entretanto, não foi possível confirmar de maneira taxativa a formalização do nome, já que nem no pedido de prisão preventiva que viria a ser formulado pelos militares, nem nos extratos do processo tramitado na justiça comum (disponíveis no Arquivo Nacional), uma eventual peça da defesa com a indicação do advogado aparece.

De certo modo, o fato de Santos se destacar no campo do jornalismo intelectual, da política institucional da Bahia, da vida universitária, além da comunidade

10 Barachisio Lisboa (1917-1977) foi advogado. Graduado em direito pela Universidade da Bahia, foi delegado auxiliar no estado e, durante o governo Otávio Mangabeira, exerceu o cargo de secretário de Segurança Pública. Na altura do golpe de 1964, era presidente da OAB – Seção Bahia. O relatório da Comissão da Verdade da UFBA indica que Lisboa teria representado um docente da Universidade que respondeu a inquérito durante a ditadura, o professor Nelson Pires (CMSMV-UFBA, 2014).

11 Bilhete de Walfrido Moraes para Milton Santos, s/d. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP, código de referência MS-C-WML-010. Manteve-se a grafia original das fontes primárias em questão.

12 Para um relato sobre o papel desempenhado por Jayme Guimarães (1917-1984) no contexto pós-golpe, ver Mentor, 2014. Para anotações sobre a repressão contra o advogado Raul Chaves (1918-1983) na ditadura, ver o relatório da Comissão da Verdade da UFBA (CMSMV-UFBA, 2014).

13 Bilhete de Walfrido Moraes para Milton Santos, s/d. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP, código de referência MS-C-WML-004.

14 Bilhete de Walfrido Moraes para Milton Santos, s/d. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP, código de referência MS-C-WML-005.

15 Ainda nessa seara advocatícia, é importante dimensionar que o dispositivo da Lei no 4.215, promulgada em 1963 e relativa ao Estatuto da OAB, previa a proteção a advogados associados à Ordem pela própria organização (arts. 128 a 131). Agradeço ao amigo advogado Edgard Freitas Neto pela indicação do referido dispositivo.

advocacia baiana, reverberou em tentativas de construção de uma camada de proteção ou de amenização de sua situação judicial. Um esforço que buscava empreender a sociabilidade e as possibilidades políticas, formais e informais, na direção de intervenções pessoais, jurídicas ou institucionais, no âmbito de uma cultura política atravessada pelo personalismo.

Segundo o conteúdo de uma das mensagens, Walfrido também teria se encontrado com o governador durante aqueles dias¹⁶. O possível encontro pode ter sido por marcado por tratativas, opções e consideração de limites, num contexto específico de reforma geral do secretariado que Lomanto precisou realizar em virtude do golpe. A prisão de Santos já era sintomática dos limites da atuação possível do governador naquele contexto, e a exoneração do intelectual do seu cargo na CPE ocorreria ainda em abril de 1964. Na prática, o governo do estado estava sob intervenção.

Ainda que não estejamos aqui empenhados em verificar factualmente quem de fato atuou em favor do geógrafo, essa enumeração não comprometeria os objetivos buscados: 1) conhecer aspectos das condições do seu encarceramento a partir dessa série documental; 2) produzir uma leitura, a partir dessa amostra, de redes de relações tecidas por Santos àquela altura; e 3) refletir sobre as dificuldades de acionamento das referidas redes, na medida em que o golpe de 1964 exerceu-se numa lógica que reconfigurou a própria sociabilidade política e institucional da Bahia àquela altura, sob a incidência do que tenho chamado de “poder conformador”.

No âmbito da minha tese de doutorado, formulei essa categoria a partir do diálogo semântico/historiográfico com dois outros conceitos mobilizados no trabalho: o de “poder desaparecedor”, cunhado por Pilar Calveiro (2013) para designar a lógica de funcionamento dos campos de concentração durante a ditadura argentina; e o de “poder torturador”, formulado por Janaína Teles (2013) na apresentação da obra de Calveiro (na versão em língua portuguesa), num esforço da historiadora brasileira de tentar diferenciar a sistemática da ditadura brasileira em relação à argentina, sublinhando a dinâmica de produção de tortura na obtenção de informações por parte da primeira. O conceito de “poder conformador”, que elaboro e utilizo (na perspectiva de complementaridade com essas outras duas formulações), pensa a produção de ajustes conformativos à nova ordem (ditatorial) instituída, materializado por atos ambíguos que poderiam escapar de ações visíveis de apoio notório ou de recusa resistente entre o silêncio e o gesto discursivo público de opinião. O poder conformador, como um dos vetores de incidência do poder ditatorial, pode ainda implementar uma dimensão de silêncio, em muitos casos, diante das urgências de sobrevivência ou de garantia da vida material. Relacionados a esse conceito, também poderíamos observar certos fenômenos sociais derivados, que serão traduzidos ao longo do artigo como “dinâmicas de conformação”, também uma formulação da mesma tese (MOREIRA, 2025, p. 49-53).

De partida, também se pode sublinhar o caráter particular de um regime epistolográfico produzido na tentativa de diálogo proposto por Moraes a Santos através das mensagens, mediado pela eclosão de um regime ditatorial

16 Bilhete de Walfrido Moraes para Milton Santos, s/d. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP, código de referência MS-C-WML-009.

que impunha limites ao *modus* comunicativo, em adaptação às condições vivenciadas pelo destinatário¹⁷.

Milton:

Eis aqui a milse como eu lhe disse: em ótimo estado de saúde. Procurei o Ary hoje e ele tinha ido lhe ver. Fiquei satisfeito pois tinha aproveitado o ensejo. Falei ao Jorge Colusso. Creio que o Ary lhe deu notícias da sessã da Ordem. Passei a manhã no Colégio da Bahia, onde recebi aulas. Veja como vivo agora.

Logo mais devo procurar o seu patrono e conversar com ele. Estou com o Moacyr cuidando do material para o relatório. Tudo está bem. A Comissão de Contadores ainda não acabou; mas não demora. Segue o Relatório da Seret para sua orientação.

As coisas lá em casa estão mais calmas. Entim me deitei às 7 horas e ~~consegui~~ dormi. acordei mais calmo.

Até logo. Com o abraço do
vinal

-W

abraços ao Ciríacus Antão e Drimer.

Figura 1 – Reprodução de mensagem de Walfrido Moraes para Milton Santos, s/d. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP, código de referência MS-C-WML-011

¹⁷ Para uma análise da epistolografia como um campo de estudos, inclusive a dimensão das projeções das condições do destinatário pelo redator, ver: Haroche-Bouzinac (2016).

DAS CONDIÇÕES MATERIAIS

A análise preliminar desse conjunto sugeriu inicialmente a importância de uma leitura indiciária dos dados materiais relacionados às situações em que as referidas mensagens foram formuladas e entregues pelo emissor. Assim, partimos inicialmente de uma apropriação da dimensão física dos aspectos envolvidos na sua produção.

O primeiro dado relevante observado nesse âmbito refere-se à própria condição material das mensagens, notada antes mesmo de uma primeira leitura. De partida, há que se considerarem as particularidades do tipo de papel utilizado. De baixa qualidade, com bordas grosseiras, aparenta tratar-se de papéis de rascunho. Tal padrão, quando observado em comparação com a maior parte das correspondências recebidas por Santos depositadas em seu arquivo pessoal, chama a atenção, uma vez que geralmente seus interlocutores escreviam (cartas ou bilhetes) em papéis timbrados e de boa qualidade, numa época em que a epistolografia cumpria papel fundamental na sociabilidade interna de certos campos, demandando certo ritual de emissão.

No conjunto, certos caminhos de construção da escrita (correções, rasuras, temas escolhidos, pessoas mencionadas) são também indícios relevantes das suas condições de produção. Essas especificidades materiais nos parecem, de partida, indício de que sua elaboração se deu em condições que não eram as ideais para seu missivista, sendo a troca de informações entre os dois colegas aparentemente mediada pelo fornecimento de materiais por outrem, em condições que denotam algum nível de interferência e vigilância para a sua produção.

Adentrando aspectos de sua formatação, destacamos que doze, das treze mensagens encontradas, apresentam determinado padrão: não estão datadas, são escritas de próprio punho e apresentam caligrafia e arrumação do texto que denotam certa rapidez na sua elaboração, sem maiores cuidados de revisão ou mesmo de tabulações. *De uma penada*, com caligrafia por vezes desorganizada e rasuras, as mensagens de Moraes foram dirigidas ao colega preso sem que um esboço, aparentemente, pudesse ser constituído. Nesse sentido, a possibilidade de as referidas mensagens terem sido escritas no próprio batalhão (com a exceção já mencionada), com materiais fornecidos pelos militares, e terem sido submetidas a algum nível de controle por eles, figura como hipótese mais relevante¹⁸. O próprio texto de algumas das mensagens sugere essa territorialidade de emissão, na medida em que tanto os dados contidos quanto o emprego de verbos e pronomes circunscrevem territorialmente destinatário e remetente no mesmo espaço, confirmando ainda que foram escritas e enviadas durante o período da prisão, tal como se percebe nos trechos reproduzidos:

¹⁸ A única exceção a esse padrão é de uma carta datilografada. Apesar de o material parecer ser o mesmo usado nas demais, a mensagem contém um *post scriptum* manuscrito e também se encontra sem datação. Bilhete de Walfrido Moraes para Milton Santos, s/d. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP, código de referência MS-C-WML-005.

Trecho 1 – Se Lomanto despachar hoje ainda virei cá. Senão, amanhã cedo virei¹⁹.

Trecho 2 – Eis a sua roupa. Se tiver roupa suja, devolva. Estive ontem em seu apto. e revi várias coisas dentre as quais os carbogramas e a carta-convite para a viagem a Toulouse²⁰.

Trecho 4 – Ao retornar daqui irei *A Tarde* conversar com Jorge e falar com Barachisio²¹.

Além de nos sugerir que estavam sendo escritas no 19º BC, a própria existência das cartas também aponta para uma dificuldade do acesso direto e constante a Santos, visto que os conteúdos abordados poderiam ter sido discutidos presencial e oralmente. As mensagens, nesse sentido, tentam produzir uma representação possível de diálogo *tête-à-tête*, mas, sabemos, sob o olhar vigilante de uma estrutura ditatorial em soerguimento. Tal como uma terceira pessoa na sala, o regime em curso acabaria por participar das conversas.

Somadas a essas dificuldades, o próprio deslocamento ao quartel também impunha algumas questões ao(s) mensageiro(s) em virtude da distância e das condições do caminho. Num bilhete deixado por outro amigo, no mesmo período, observa-se tal questão:

Só hoje pude retornar: meu carro (de pobre) andou ruim demais para esse trajeto militar. Seu caso parece-me bem melhor do que à primeira vista. Não sei se v. sabe, mas tenho procurado fazer o possível por você. Aliás, todos nós, seus amigos²².

O percurso para o Cabula, até então uma região considerada afastada da cidade, possuía trechos sem pavimentação. Parte da área, grande espaço de mata atlântica, compõe até hoje o território do próprio 19º Batalhão de Caçadores, local da prisão de Santos e outros civis após o golpe. Dessa forma, as tratativas e as entregas de roupas limpas, documentos e edições de jornais, realizadas ao longo dos 76 dias nos quais Santos ficou preso, seriam marcadas por certo périplo para seus visitantes.

Alguma estratégia possível seguia sendo montada, porém submetida a um regime de prisão que não encontrava abrigo na legislação vigente e no deslocamento para quem o visitava por uma cidade que ainda se urbanizava ao norte de seu território. Como nos arredores da urbe, e possibilitada pela eclosão de um regime de força, a prisão de Santos já assumia, em certa medida, uma dimensão de exílio.

O caráter restritivo da comunicação no período da detenção aparece também

19 Bilhete de Walfrido Moraes para Milton Santos, s/d. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP, código de referência MS-C-WML-009.

20 Bilhete de Walfrido Moraes para Milton Santos, s/d. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP, código de referência item MS-C-WML-006.

21 Bilhete de Walfrido Moraes para Milton Santos, s/d. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP, código de referência MS-C-WML-003.

22 Bilhete de “Ary” para Milton Santos. Salvador, 7/6/1964. Fundo Milton Santos (Acervo Bahia), Arquivo IEB/USP, código de referência MS-C-A-001.

sinalizado textualmente. Num bilhete mais curto, por exemplo, Moraes comenta algo que parece denotar a dificuldade de conversarem sobre tudo o que foi desejado, especulando sobre algum tema que ficara em aberto. A curta mensagem também denota a necessidade de algum arranjo para lidar com a ausência de um militar. Naquela ocasião, apesar de algo ficar pendente para uma conversa futura, Moraes manteria a tendência de tentar tranquilizar o amigo:

Milton:

Perdi o major Irineu. Que diabo!

O que devemos fazer agora? Vou tentar no QG uma licença especial ainda agora, que acha?

Estou preocupado com o que você desejaria me dizer. Mas fique certo que tudo vai bem.

W²³

Certas particularidades do regime de comunicação também são alcançadas a partir de outras fontes. Na entrevista que realizei com a professora e geógrafa Maria Auxiliadora da Silva, seu testemunho sobre essas visitas nos ajuda a ampliar algo da percepção sobre o contato que poderia ser travado. Na entrevista dada, a amiga de Milton Santos (que também o visitou no período da prisão) realiza uma leitura que dá conta de aspectos práticos e nos ambienta no cenário encarcerador:

Bruno Moreira – E quando ele recebia visitas, ele saía do lugar onde estava?

Maria Auxiliadora da Silva – Ele vinha de lá de dentro e chegava na sacada. A gente via pouca coisa, porque a gente estava embaixo [...] da sacada. A sacada ficava mais alta, e só víamos ele de lá. Não sabíamos o que havia depois dele. A gente não sabia o que tinha. Repare: você está embaixo do primeiro andar, então a gente não via... Você vê a pessoa do primeiro andar, mas não vê nem mesmo a pessoa toda²⁴.

Recolhido ao espaço do 19º BC, a estratégia para tentar se defender, reunir documentos, ou mesmo acionar pessoas, estaria assim submetida a um regime de comunicação restritivo, como indicam as condições travadas com quem o visitava, além dos aspectos materiais das próprias mensagens²⁵. Marcava-se também por um traslado para uma região afastada do centro da cidade. Nessa dinâmica, as mensagens de Moraes cumpririam um papel importante de organizar e mediar a relação de Santos com o mundo externo e com as eventuais redes por onde os dois

23 Bilhete de Walfrido Moraes para Milton Santos, s/d. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP, código de referência MS-C-WML-001.

24 Entrevista de Maria Auxiliadora da Silva a Bruno Moreira (meio virtual) em 28/2/2024.

25 Ressalte-se que, ao mencionar o caso de Santos em reunião do Conselho Universitário em 6 de maio de 1964, o então reitor da Universidade da Bahia falou também de um regime de “incomunicabilidade rigorosa”, sob o qual ele estava submetido na prisão. Ata da Sessão do Conselho Universitário realizada em 6/5/1964. Notas taquigráficas. Universidade da Bahia. Arquivo da Secretaria dos Conselhos Superiores da UFBA, 1964 (sem código de referência).

amigos transitavam. Documentos seriam produzidos nesse contexto, com vistas a organizar sua defesa. Numa das mensagens, Moraes aponta:

E tive bolando uma coisa lógica que vai dar certo: já que chegaram os documentos todos, poderemos cuidar do seu relatório e da prestação de contas ao Conselho Curador, cuja reunião não vai tardar pois precisará de indicar o novo presidente. Assim, aprovadas as contas, poderemos entrar com um mandado de segurança instruído com a certidão de liquidez das contas, e adeus 19 BC! Não acha simples e bom?²⁶

Entre os materiais levados a Santos, aparecem, segundo as mensagens, exemplares de jornais e códigos jurídicos, que poderiam ajudá-los na formatação da defesa contra as acusações erguidas pelo IPM, e mesmo na compreensão da conjuntura:

Amanhã lhe darei notícias do Jayme e das medidas tomadas ou delineadas.
Ontem não chegaram jornais. Somente o *J. do Brasil*. Guarde-o para mim pois tem grandes estudos (inclusive a lei dos direitos civis) que me interessa.
Até logo.
Do irmão
W
Vai o sedativo. Depois trarei mais²⁷.

Nesse transcurso, Milton Santos também produziu texto dirigido ao governador, com seu pedido de exoneração do cargo de presidente da CPE²⁸, além de um relatório de gestão destinado à prestação de contas. No período, foi interrogado pelo menos uma vez na prisão, e um pedido de prisão preventiva foi enviado pelos militares, sendo posteriormente negado pelo Judiciário²⁹. Mesmo sem a presença dessa demanda formal, o intelectual ficaria preso por 76 dias.

SOCIABILIDADE GOLPEADA E DINÂMICAS DE CONFORMAÇÃO

A despeito das tentativas para a soltura de Santos, a produção de uma dinâmica de exceção criava dificuldades e sobrepujava o próprio funcionamento interno das redes sociais da intelectualidade e dos políticos baianos, na medida em que impunha novas e abruptas dinâmicas de conformação, as quais extrapolavam as

26 Bilhete de Walfrido Moraes para Milton Santos, s/d. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP, código de referência MS-C-WML-005.

27 Bilhete de Walfrido Moraes para Milton Santos, s/d. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP, código de referência MS-C-WML-006.

28 Carta de Milton Santos para Antônio Lomanto Júnior. Salvador, 24/4/1964. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP, código de referência MS-C-ALJ-004.

29 Processo-crime nº 120 (pedido de prisão preventiva). Ano: 1964. Serviço Público Estadual – Poder Judiciário. 9ª Vara Criminal. Arquivo Secapi (loc 821124), Salvador. Desarquivamento e acesso mediante autorização do Juiz de Direito da 9ª Vara Criminal da Comarca de Salvador.

garantias institucionais, ou mesmo dificultavam a manutenção das lógicas de sociabilidade, de ajuda mútua e de eventuais atos pessoais de autoproteção, típicos da dinâmica relacional no seio de tais grupos, nos quais Milton Santos, ao menos parcialmente (e sem desconsiderar os atravessamentos raciais impostos), também circulava até certa medida.

Com o Ato Institucional n. 1, de 9 de abril de 1964, a suspensão de direitos se institucionalizaria. Assim, se a ditadura punha em suspenso, de um lado, parte da legislação então em vigor, complementarmente também submetia as próprias regras dos campos, impondo uma nova sociabilidade atravessada pela violência repressiva. Divisões simbólicas da sociedade entre *subversivos* e *não subversivos*, *corruptos* e *não corruptos* emergiam como registros fundamentais, sedimentando uma natureza essencial para os discursos dos agentes envolvidos na repressão, que buscava a normalização da ideia de que o fluxo pesado da nova conjuntura recairia somente sobre aqueles enquadrados como inimigos, perigosos e ímprobos.

Considerando a incidência do poder conformador, os esforços envidados por Moraes para tentar livrar Santos da prisão em 1964 colidiam, então, com dois registros fundamentais. Primeiro, o intelectual estava sendo lido e representado pelos golpistas como alguém vinculado ao polo “subversivo” da divisão social imposta pelo regime, o que agia como uma força contrária à sua soltura. As tentativas de acionar uma rede de proteção e solidariedade, no intuito de revogar ou relaxar a prisão de Santos, pareciam, assim, ser contidas pelas dinâmicas de conformação, das quais participavam instituições baianas operativas da sociabilidade e atuação dos agentes dirigentes.

Dotado ainda do traço fundamental da desmoralização – e até da desumanização – do dito subversivo – nesse caso, a ideia de que Milton Santos era um “inocente útil” da subversão e colaborador do comunismo (discurso presente no “IPM da CPE”) –, o registro funcionava como tónus de justificativa à prisão. Além disso, sua desmoralização pública, inclusive com acusações de corrupção sendo reverberadas acriticamente pela imprensa, reforçaria esse lugar³⁰.

Nesse sentido, a inscrição tácita numa *zona de desaparecimento*³¹ a ser ocupada por esse homem negro, intelectual baiano, repercutia na ideia de domínio sobre o mesmo, consubstanciado pela prática do encarceramento do seu corpo. Do ponto de vista de Santos, a situação também pode ser pensada como a luta contra o desaparecimento público, sendo travada no plano formal/jurídico, numa batalha contra uma condenação que “legalizaria” o encarceramento; no plano físico, contra

30 As matérias reproduzindo acusações específicas de corrupção contra Santos (e assumindo a linguagem do inquérito) foram publicadas, pelo nosso levantamento, pelo jornal baiano *Diário de Notícias*, nas edições de 5 e 16 de junho de 1964 (PEDIDA prisão..., 1964; e Processo de Milton Santos..., 1964).

31 Inspiro-me aqui na noção de “poder desaparecedor”, elaborado por Calveiro (2013).

o adoecimento do seu corpo em virtude da prisão³² e, no plano simbólico, diante das representações sobre os méritos do indivíduo, onde a utilização consciente e estratégica das acusações pelo circuito repressivo reforçava o polo do domínio encarcerador. Ao drama particular de se ver preso e impedido de exercer suas funções, somava-se o efeito moral de ter sua imagem degradada publicamente.

O segundo registro, que particulariza o primeiro, é que, em meio às dinâmicas de conformação estabelecidas entre o novo poder ditatorial e os grupos sociais envolvidos, o papel que cumpria, àquela altura, parte expressiva dos veículos jornalísticos em atividade era de notório apoio à nova ordem. Se nos voltarmos para o jornal onde atuavam tanto o homem preso quanto o seu amigo interlocutor, que se traduzia como um espaço de trânsito de alguns dos atores sociais considerados nas cartas aqui selecionadas, observamos que o veículo apresentava-se como apoiador declarado da ação “saneadora” do novo regime instalado³³.

Importante frisar que Walfrido Moraes, autor das mensagens, também era jornalista de *A Tarde*, portanto, colega de trabalho de Milton Santos, tendo sido escalado, inclusive, àquela altura, para matérias jornalísticas sobre o novo regime. Foi ao próprio Moraes que coube realizar a primeira grande entrevista concedida pelas autoridades militares ao veículo após a tomada do poder.

A matéria, impressa no encarte *A Tarde para Domingo*, de 9 de maio de 1964, também demonstrou interesse evidente na divulgação de uma narrativa legitimadora das ações deflagradas. As falas buscaram constituir argumentos sobre a necessidade das ações dos militares, entre eles o de apresentar potenciais ações subversivas que estariam em curso, as quais teriam sido supostamente impedidas pela ação protetiva das Forças Armadas. Publicado em matéria de capa, o texto de abertura da entrevista, assinado por Walfrido Moraes, opinava:

Qual teria sido o destino da Revolução Brasileira, se a Bahia não tivesse respondido, tão prontamente, aos apelos dos diversos setores militares que se ergueram no sentido de uma tomada de posição contra o apodrecimento do país?

Acreditamos que, em face das mais diversas circunstâncias, talvez o grande movimento não se tivesse consolidado de maneira tão imediata.

32 Duas entradas de Milton Santos na emergência hospitalar, no ano de 1964, foram observadas entre as fontes da pesquisa, a primeira delas enquanto ainda estava preso (SANTOS, 2004, p. 58-59), e outra em virtude de um grave distúrbio cardíaco decorrente, segundo amigos próximos, de “continuado abatimento moral” e “injustificados constrangimentos” sofridos durante os inquéritos militares a que foi submetido (TEM mais uma vítima..., 1964).

33 Circunscrevo essa conclusão ao momento do golpe e aos primeiros momentos de instalação do aparato repressivo. Iriam além dos interesses e possibilidades dessa tese analisar o comportamento de *A Tarde* durante todo o período da ditadura civil-militar. Em consulta aos arquivos repressivos, observa-se que o periódico, além de seu coproprietário, Renato Simões, foi observado pelo sistema de vigilância do regime e pode ter também vivenciado o fluxo da censura e da intervenção em outras etapas da ditadura, uma vereda historiográfica ainda a ser mais explorada.

Do ponto de vista geográfico, a Bahia está a meio caminho, na paisagem brasileira, entre o norte-nordeste e o sul. Debruçada sobre o Atlântico, dispõe de um litoral de mil quilômetros de extensão. [...]

Poderiam os leigos ignorar, indiferentemente, essa realidade. Mas as autoridades militares não estavam, jamais, indiferentes. Elas se mantinham, como sempre o fizeram, no cumprimento do seu destino magnífico, que era a vigília diuturna pelos destinos da Pátria estremecida. E tanto estavam vigilantes que, ao alvorecer do dia 1º de abril, quando ainda milhões de brasileiros ressonavam no aconchego dos seus lares, tranquilamente, já o IV Exército, pelas suas diversas unidades, tinha ocupado, dentro da noite, tôdas as áreas de subversão, todos os setores de vital importância para a manutenção da ordem política e social nestas bandas do Leste e ao longo do Nordeste brasileiro. (MORAES, 1964).

O conteúdo da transcrição das falas dos chefes militares, publicado pelo jornal, preconizou ainda os passos previstos pela “revolução”, os quais envolveriam uma primeira etapa deflagrada “naquela noite de profundas expectativas de 31 de março para o dia 1 de abril”, e uma segunda, em curso, que envolvia uma “tarefa saneadora”, voltada “quer para proceder ao expurgo dos elementos declaradamente comunistas dos quadros executivos, quer para fixar e punir os atos de corrupção que se vinham sucedendo como a coisa mais natural deste mundo”, tal como declarou o militar (MORAES, 1964).

Moraes também envidou adjetivos superlativos e elogiosos ao apresentar as autoridades militares com quem conversou, especialmente o Coronel Humberto Mello, sobre o qual diria tratar-se de:

[...] um dos homens mais destemidos e dedicados à causa revolucionária. Esse homem – bahiano, de há muito tempo, pelo coração, pelos laços de família e pelos serviços inestimáveis que, já em outras oportunidades à causa pública no Estado – é o Chefe do Estado-Maior do Exército. (MORAES, 1964).

O expediente jornalístico envolveu também acesso a materiais tidos como “provas” do envolvimento subversivo de alguns dos detidos, que foram disponibilizados a Moraes. Uma fotografia foi tirada. Entre os itens selecionados para a imagem, figurava o livro de Lênin *O Estado e a revolução*, uma versão de *La guerra de guerrillas*, de Régis Debray, além de uma biografia de Fidel Castro. Na arquitetura discursiva e imagética, buscava-se endossar a leitura de um levante comunista em curso, que foi impedido pelos militares.

Na captura fotográfica, uma mala aberta, contendo os livros e documentos, recebe a apreciação de Walfrido Moraes, que coteja as “provas” da subversão e as exhibe aos leitores de *A Tarde*³⁴.

Que lugar caberia a Milton Santos nessa nova dinâmica, à qual o jornalismo de A

34 A imagem foi publicada na edição de *A Tarde para domingo* de 9/5/1964 (MORAES, 1964) e republicada no contexto do falecimento de Walfrido Moraes, em 2004, em matéria especial em sua homenagem (HOMEM telúrico, 2004).

Tarde demonstrava se conformar³⁵? Ao passo que o jornalismo do influente jornal baiano aderiu publicamente ao discurso do novo regime, validando a narrativa da “revolução” como de contenção ao avanço comunista, um jornalista de sua equipe seguia preso, e outro, escrevendo e publicando no jornal, endossava as ações militares, enquanto tentava soltar o amigo. Em sintonia editorial com o veículo, Walfrido Moraes ressaltava a ação redentora dos militares, enquanto pessoalmente dedicava horas das suas semanas, segundo as cartas, buscando a soltura do colega detido.

As mensagens aqui consideradas também indicam que, através do remetente Walfrido Moraes, Milton Santos acompanhava (na medida do possível) os passos do novo regime e da vida política institucional após o golpe, mediante a leitura do noticiário impresso, nas ocasiões em que Walfrido lhe levou exemplares. Para Moraes, certas publicações poderiam ser elementos de esperança para Santos, tal como se vê ao menos em uma ocasião. Numa das mensagens, Walfrido Moraes pede que Santos veja uma edição, em particular, do jornal *A Tarde*. Sem dar maiores detalhes, recomenda ao amigo de maneira direta: “Veja *A Tarde* de 29-4-64”³⁶.

A edição em questão trazia na capa a matéria “Revolução assegura defesa dos acusados”, informando que o general Castelo Branco teria assinado um decreto regulamentando o Ato Institucional. Na prática, o texto do decreto orientava a dinâmica investigativa na cadeia de autoridade do governo ditatorial, criando a Comissão Geral de Investigações (CGI) para dirigir os trabalhos, além de outorgar às autarquias, aos ministros, chefes de gabinete e governadores autoridade para iniciar investigações ou representar para que as mesmas se iniciassem. Assim, apesar de o jornal ter se concentrado no fato de que o decreto abria possibilidade de algum nível de defesa para os acusados, como indica a manchete, sua maior importância, a nosso ver, foi o fato de ele começar a sistematizar o processo da “Operação Limpeza” já iniciado, instituindo comissão e sistemática para a dinâmica persecutória.

A matéria, presumimos, teria sido indicada por Moraes talvez como uma tentativa de injeção de esperança no amigo diante do infortúnio vivido, exercício constantemente presente nas mensagens quando vistas em conjunto. Walfrido cumpriria ali um papel que também era de apoio moral, sinalizando inclusive ter visitado o pai de Milton Santos, o sr. Francisco Irineu, no sentido de confortá-lo e deixá-lo a par do andamento do processo³⁷.

Santos não poderia deixar de verificar também naquela mesma capa, entretanto, que mais um editorial de apoio ao regime foi impresso no jornal baiano. Assinado por Renato Simões (coproprietário de *A Tarde* e também mencionado como possível

35 Ainda que certas ressalvas ao regime tenham começado a emergir nos meses seguintes.

36 Bilhete de Walfrido Moraes para Milton Santos, s/d. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP, código de referência MS-C-WML-009.

37 Bilhete de Walfrido Moraes para Milton Santos, s/d. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP, código de referência MS-C-WML-007.

contato de Walfrido no mundo externo para a busca de ajuda a Santos³⁸), o texto do filho do fundador de *A Tarde* defendia a “Revolução” e situava o governo Castelo Branco num lugar de “centro”, que “democraticamente” “evitava extremos”, sugerindo uma estabilidade política e econômica supostamente conquistada. O tom elogioso, sem críticas até aquele ponto, endossava os passos dados pelo novo regime (GOVERNO..., 1964).

Nesse sentido, é importante notar que o fato de ter de lidar pessoalmente com a prisão do colega se inscrevia num paradoxo de fundo. Ao passo que o jornalismo de *A Tarde* aderiria notoriamente ao discurso do novo regime, validando o discurso da “revolução” como uma contenção ao avanço subversivo, um jornalista de sua equipe estava preso, e outro, na ativa, tentava auxiliá-lo em busca da soltura e/ou absolvição.

O conteúdo das cartas demonstra que as estratégias para lidar com o caso orbitariam entre a batalha jurídica, administrativa, e a tentativa de acionar pessoas influentes, além de eventuais buscas de possíveis brechas estabelecidas no sistema repressivo (instável) erguido. Diante da vigilância, não figuram no conteúdo das mensagens eventuais leituras pessoais do contexto político, ou avaliação de méritos da chamada “Revolução”, como se referia Walfrido nos seus textos jornalísticos.

A situação, dotada de um aparente paradoxo, na prática emerge como exemplo de comportamentos complexos de adequação ao novo regime, que produziriam efeitos sobre as trajetórias dos sujeitos implicados. Por um lado, a busca pela comprovação da inocência de Santos era movimentada por Moraes, jornalista em atividade. Por outro, o texto desse jornalista endossava publicamente, seja em nome do seu jornal, seja reivindicando a própria autoria, os passos repressivos do regime, que incluíam prisões sistemáticas em nome do “combate à subversão”. Um rizoma de nuances produzido com o advento do golpe, ainda que, nesse caso, o comportamento de Walfrido não tenha demonstrado sinais de quaisquer resistências (direta ou indireta) à tomada de poder pelos militares.

Para além da sua posição jornalística de apoio à tomada do poder pelos militares, o que coadunava com a linha editorial do *A Tarde* naquela conjuntura imediata após o golpe, investigar a postura de Walfrido Moraes ao longo do período da ditadura ultrapassa os objetivos e possibilidades do artigo. Convém dimensionar ao leitor, no entanto, que, quando ocupou o cargo de diretor da Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA), nos anos 1980, Moraes opôs-se publicamente à participação estudantil no movimento pelas eleições diretas, tendo inclusive punido com suspensões estudantes que foram a uma manifestação, em Salvador³⁹.

Numa carta enviada do exílio, quando Santos já se encontrava em Toulouse, localizada e transcrita na biografia de autoria de Fernando Conceição, Santos visitaria esse papel cumprido pelo jornal *A Tarde* em relação ao seu caso. Na carta, que é apresentada por Santos como resultado de uma “longa elaboração”, expressa sua mágoa com o jornal ao qual se dedicou por algum tempo e do qual foi colaborador importante. Escreve, segundo ele, “para cobrar uma dívida moral” com o veículo,

38 Bilhete de Walfrido Moraes para Milton Santos, s/d. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP, código de referência MS-C-WML-009.

39 Ver: Escola Técnica... (1984) e o documento Informe nº 000041/19/ASV/84 (1984).

através da mensagem dirigida ao redator-chefe e seu amigo pessoal, Jorge Calmon (apud CONCEIÇÃO, 2016, p. 123-125)⁴⁰.

No escrito, Santos interroga o poderoso jornal baiano sobre o silenciamento em relação ao seu caso. Manifesta sua indignação ao ter sido o “único homem” público da administração a ter a vida pessoal e financeira vasculhada, e declara sua decepção com o silêncio do jornal sobre todas as violências praticadas contra ele, inclusive as acusações de corrupção, separando, no entanto, a ajuda do amigo Jorge Calmon (que atuara inclusive para conseguir-lhe um advogado) da postura silenciosa do jornal (apud CONCEIÇÃO, 2016, p. 123).

IMAGEM MEDIADORA

As mensagens de Walfrido Moraes a Santos, aqui selecionadas, carregam também um tom proximal. Encerram-se com despedidas como “do amigo” ou “do irmão”. Relatam, para além dos aspectos práticos a serem enfrentados, desabafos pessoais, situações familiares e até algumas questões de foro íntimo. Também dirigem “lembranças” ou “abraços” para os dois outros companheiros de detenção de Santos, Ernesto Drehmer e Auto de Castro, sugerindo uma interconexão não só entre os dois comunicantes das mensagens, mas também com os demais integrantes do espaço prisional. Eram, afinal, participantes de círculos sociais que poderiam dialogar entre si no seio de comunidades intelectuais ou da administração pública.

Em determinada situação, Moraes chegou a pedir que os encaminhamentos fossem revisados com Auto de Castro, que também era advogado, num momento de elaboração de um relatório a ser juntado ao processo: “Deixemos, pois, que a comissão se engolfe nas acusações e conclua o processo. *Pense isto com Auto e me escreva*” (grifo meu)⁴¹.

Em outra mensagem, Moraes dirige-se aos dois companheiros de detenção de Milton Santos, tratando-os como “cirineus”⁴². A expressão figurada, aparentemente mais em uso naquela altura do século XX, denota a execução de um trabalho penoso, remetendo a uma representativa passagem bíblica. A expressão aparece ao final

40 Além de editor-chefe do jornal *A Tarde*, Jorge Calmon (1915-2006) também era professor da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia na altura de 1964 e também representante dessa faculdade junto ao Conselho Superior da Universidade (Consuni/UFBA), congregação na qual Milton Santos estava lotado como professor. Calmon também era secretário de Estado na gestão Lomanto Júnior, na qual Milton Santos presidia a CPE. Ou seja, além de sua amizade pessoal, a relação com Milton Santos também era mediada por, pelo menos, três instâncias distintas em que ambos atuavam: duas na Administração Pública (Universidade da Bahia e Governo do Estado); e uma no ramo privado (jornal *A Tarde*).

41 Bilhete de Walfrido Moraes para Milton Santos, s/d. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP, código de referência MS-C-WML-005.

42 Bilhete de Walfrido Moraes para Milton Santos, s/d. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP, código de referência MS-C-WML-011

da mensagem, como um *post scriptum*. Após despedir-se de Santos, Walfrido envia “abraços aos cireneus Auto e Drehmer”⁴³.

No relato do novo testamento, Simão Cirineu (oriundo da Cirene) foi obrigado a ajudar Jesus Cristo a carregar a cruz. Enquanto Jesus percorria o caminho rumo à morte, sob a tortura imposta a seu corpo, os soldados romanos teriam obrigado Simão, e outros cireneus, a ajudar a carregá-la enquanto era torturado e escarnecido pelo ritual de execução. Dividindo com Cristo o peso da cruz, os cireneus também dividiam, até certa medida, o martírio.

Pensada aqui como um ato de memória, a escolha do termo (e da imagem que ele carrega) alude à percepção de uma saga dolorosa e penosa vivida pelo amigo. Ao tomar de empréstimo o texto bíblico, aquela pode ser entendida como uma imagem mediadora para o seu ato de representação⁴⁴. Como alguém a carregar uma cruz, ajudado por cireneus, Walfrido Moraes percebe Santos como o protagonista daquela *via crúcis*, recebendo ajuda de pessoas que o autoritarismo impôs para que dividissem com ele o martírio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acervo pessoal de Milton Santos, guardado no Arquivo do IEB/USP, contém material relevante para uma leitura sobre o impacto do golpe de Estado de 1964 na trajetória desse intelectual e, em alguma medida, no âmbito de certas instituições baianas. Originalmente guardado na residência dos seus pais e hoje agregado ao acervo do IEB, o material encontrava-se em meio a documentação de período anterior ao do seu exílio, o que inclui itens relacionados às experiências da prisão e das acusações levantadas no contexto do “IPM da CPE”, aberto pelos militares no momento de instalação do sistema ditatorial.

A presente análise, que considerou a correspondência produzida por uma das partes da troca comunicativa (Walfrido Moraes) e guardada pela outra parte em seu acervo pessoal (Milton Santos), buscou fotografar ações inter-relacionais que tocaram na busca pela sua defesa e soltura. Num contexto de instauração da ditadura, e da incidência de dinâmicas de conformação pelo novo poder instituído, as mensagens apontam para dificuldades na elaboração de estratégias protetivas no seio dessa intelectualidade, diante de um quadro de supressão de garantias legais.

Não tivemos acesso, vale o friso, a eventuais respostas de Santos a essas mensagens. Nesse sentido, como sublinha Harouche-Bouzinac (2016, p. 14-15), há um *descontínuo* de certas situações epistolográficas, que oferece uma inteligibilidade

43 Bilhete de Walfrido Moraes para Milton Santos, s/d. Fundo Milton Santos, Arquivo IEB/USP, código de referência MS-C-WML-011

44 A noção de *imagem mediadora*, aqui colocada, dialoga com a perspectiva de “zona de mediação”, explorada por Marianne Hirsch (2008) para refletir sobre o entrelaçamento entre imagens públicas e imagens íntimas nas representações da “geração seguinte” no influxo de memórias herdadas sobre experiências autoritárias. Apesar de não estarmos lidando com uma transmissão intergeracional de memória nessa passagem, a dimensão da “mediação” foi aqui considerada.

inerentemente limitada para quem as lê num “espaço exterior”, já que marcadas, em diferentes medidas, pela dimensão da ausência. Apesar dessas marcas de ausência, a localização da série permitiu um olhar sobre o material enquanto conjunto, à luz de dinâmicas contextuais específicas que incidiram sobre sua produção.

Também se pôde sublinhar o caráter adaptativo da produção escrita, na medida em que foi realizada num contexto de modificação abrupta das possibilidades de comunicação e sociabilidade, com a consequente readequação dos próprios sistemas de trocas pessoais entre intelectuais relacionados ao poder político da Bahia do século XX.

No transcurso de abril de junho de 1964, a presença documentada de Walfrido Moraes na comunicação com o preso político Milton Santos oferta à historiografia possibilidades analíticas, na medida em que emergem indícios importantes sobre o processo de instauração do governo ditatorial.

Muitas pessoas mencionadas nas cartas representavam ou atuavam em instituições centrais da vida política baiana àquela altura (governo do estado, jornal *A Tarde*, OAB-BA, Comando da 6ª Região Militar), sugerindo possibilidades/impossibilidades de ações direcionadas⁴⁵. Algumas passagens sinalizam ainda para o fato de que o golpe de 1964 interferiu na correlação de forças da política local e na própria sociabilidade política constituída entre as elites intelectuais e gestoras da política na Bahia, mesmo no seio de setores que declararam apoio ao golpe, ou que até mesmo participaram de sua consolidação e ocupação inicial de postos.

Também sugerem que a dimensão negocial dos bastidores, no seio de uma elite dirigente (e de uma cultura política marcada por arranjos pessoais⁴⁶), esteve sendo considerada para que se lidasse com o caso. A despeito das tentativas, Milton Santos perdeu o cargo que ocupava no governo do estado da Bahia, viu sua saúde debilitar-se naquele ano e teve que deixar o país após alguns meses de libertado da prisão. No exílio, perdeu seu posto de professor da UFBA e seguiu com prontuários, vigilâncias e interdições motivadas pelo autoritarismo, que o acompanhariam até a superação do regime.

SOBRE O AUTOR

BRUNO DE OLIVEIRA MOREIRA é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), *Campus* Santo Amaro.
brunomoreira@ifba.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-6294-4814>

45 Para uma enumeração mais detalhada de pessoas e instituições citadas nessas mensagens, ver o “fichário prosopográfico” que elaborei para a tese de doutorado (MOREIRA, 2025, p. 318-323).

46 Para uma reflexão e aplicação da chave da *cultura política* brasileira, para se refletir sobre os comportamentos sociais durante a ditadura, ver Motta, 2014.

Declaração de disponibilidade de dados

Os conjuntos de dados gerados e/ou analisados durante o estudo atual estão disponíveis no manuscrito e em materiais suplementares.

REFERÊNCIAS

- CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento*. Trad. Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013.
- CMSMV-UFBA – Comissão Milton Santos de Memória e Verdade J. *Golpe civil-militar de 1964 na UFBA*: rompendo o silêncio do Estado e reduzindo o espaço de negação. Relatório Final. Salvador, 18 de ago. 2014, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: https://comissaoverdade.ufba.br/sites/comissaoverdade.ufba.br/files/relatorio-miolo_final_capa_07-10-14.pdf. Acesso em fev. 2026.
- CONCEIÇÃO, Fernando. *Milton Santos*: uma biografia. Edição do Autor, 2016.
- CPE elabora plano de administração: Governo. *A Tarde*, Salvador, 10 de fev. de 1964, p. 4. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Acervo Periódicos Raros.
- DETENÇÃO suscita suspeita na Bahia. *Correio da Manhã*, n. 21.806, 8 de maio de 1964, 1º cad., p. 2. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.
- ESCOLA Técnica em greve até quarta. *Jornal da Bahia*, Salvador, 28 de abr. de 1984, p. 4. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Acervo Periódicos Raros.
- GOVERNO construtivo. Editorial. *A Tarde*. Salvador, 29 de abr. de 1964, p. 1. Acervo de microfilmes do Centro de Digitalização (Cedig-FFCH-UFBA).
- GRIMM, Flavia Christina A. *Trajetória epistemológica de Milton Santos*: uma leitura a partir da centralidade da técnica, dos diálogos com a economia política e da cidadania como práxis. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011. <https://doi.org/10.11606/T.8.2012.tde-26062012-143800>.
- HAROCHE-BOUZINAC, Geneviève. *Escritas epistolares*. Trad. Lígia Fonseca Ferreira. São Paulo: EDUSP, 2016.
- HIRSCH, Marianne. The generation of postmemory. *Poetics Today*, v. 29, n.1, 2008, p. 103-128. <https://doi.org/10.1215/03335372-2007-019>.
- HOMEM telúrico. *A Tarde Cultural*, 23 de out. de 2004, p. 2-5. Acervo de Periódicos Raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.
- INFORME nº 000041/19/ASV/84, de 17 de maio de 1984. Assunto: Movimento Estudantil Secundarista. SNI – Agência Central. Arquivo Nacional (Memórias Reveladas). Plataforma SIAN. Fundo: Serviço Nacional de Informações.
- IVO, Alex de Souza. *O sindicalismo petroleiro e a questão nacional, entre a democracia e a ditadura (Bahia, 1957-1968)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA), 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/35003>. Acesso em: jan. 2026.
- LIBERDADE de Ensino. Editorial. *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 27 de jun. 1964, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.
- LIMA, Thiago Machado de. Um intelectual na mira da repressão: Milton Santos e o golpe de 1964. *Revista de História (USP)*. São Paulo, n. 177, 2018. p. 1-25. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2018.137230>.

- LOMANTO encomenda Plano Quadrienal para industrializar a Bahia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 de jan. de 1964, 1º cad., p. 11. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.
- MORAES, Walfrido. As bases do movimento revolucionário na Bahia. *A Tarde para Domingo*, 9 de maio de 1964, p. 1. Acervo de Periódicos Raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.
- MORAES, Walfrido. (1963). Jagunços e heróis: a civilização do diamante nas Lavras da Bahia. 4. ed. Bahia: Empresa Gráfica da Bahia/IPAC, 1991.
- MORAES, Walfrido. *Simões Filho: o jornalista de combate e o tribuna das multidões*. Salvador: Edição do autor, 1997.
- MOREIRA, Bruno de Oliveira. *O exílio da memória: Milton Santos e a ditadura civil-militar*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia (PPGH-UFBA), 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/43313>. Acesso em: jan. 2026.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- PEDIDA prisão preventiva do ex-presidente da CPE. *Diário de Notícias*, Salvador, 5 jun. 1964, p. 1. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Acervo Periódicos Raros.
- PROCESSO de Milton Santos chega ao TJE. *Diário de Notícias*, Salvador, 16 jun. 1964, p. 3. Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Acervo Periódicos Raros.
- SANTOS, Milton. *Testamento intelectual*. Entrevista de Milton Santos a Jesus de Paula Assis. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- TELES, Janaina. Apresentação – Ditadura e repressão no Brasil e na Argentina: paralelos e distinções. In: CALVEIRO, Pilar. *Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*. Trad. Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 7-18.
- TEM mais uma vítima violência na Bahia. *Correio da Manhã*, n. 21.958, Rio de Janeiro, 1º/11/1964, p. 1. Hemeroteca Digital Brasileira. Fundação Biblioteca Nacional.